

# CPI pode alcançar 100 parlamentares

Tarciso Holanda

O senador José Paulo Bisol (PSB-RS) afirma que, se a CPI prorrogar os seus trabalhos por mais 45 dias (a partir do dia 3 de dezembro), o resultado dos seus trabalhos será "extraor-

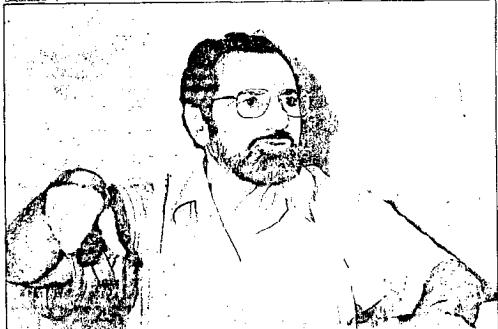
dinário, servindo de ponto de partida para uma mudança constitucional". Afirma, o número de parlamentares envolvidos pode passar de cem. Ele acha que a CPI ficará, sem dúvida, com um volume considerável de provas comprometedoras que poderão provocar "uma implosão da própria instituição".

Da posição que ocupa na CPI e com a experiência investigatória que acumulou na profissão de magistrado, Bisol diz que existem três tipos de parlamentares: o comprometido, que lutou pelo enriquecimento ilícito, o que não estava interessado no enriquecimento, mas com a cumplicidade que sentiu necessária à sua carreira, e se comprometem menos, e o terceiro tipo de parlamentar, ou seja, aquele que se manteve a uma distância salvadora e se prejudica, pois era marginalizado. Bisol acredita que, nos dois primeiros casos, existam nos seus parlamentares.

"No primeiro caso, são responsáveis por atentado ao decoro parlamentar e delitos de natureza penal. No segundo caso, muitos atentaram contra o decoro e foram alvos, porque a cumplicidade com o crime é mais do que falta de decoro", explica Bisol.

O senador confessa ter recebido da possibilidade de que a investigação se aprofunde tanto "que possa chegar a um momento em

CARLOS MOUZA



José Paulo Bisol: volume de provas com que a CPI ficará ameaça até "uma implosão" da Legislativa

## Bisol critica complacência com acusados

A CPI que apura os escândalos do Orçamento, segundo o senador José Paulo Bisol, "está sendo bem feita, mas dentro dos limites congruos, que nascem de seu caráter parlamentar e da intercomunicação de atividades dos membros da comissão e da imprensa, que também tem participado das investigações".

"Há uma dificuldade específica, porque se trata de uma auto-investigação — nota Bisol — e em razão disso os trabalhos sofrem, com muita frequência, várias perturbações, por que os próprios parlamentares querem saber o que há sobre eles". Outra dificuldade, para ele, é que a presidência

Existe uma ordem geral na CPI para que não se tenha a qualquer elemento que esteja dependendo de investigação complementar. A questão da abrangência e o próprio caráter da CPI está constantemente pressionado pelo conceito do fato determinado. Para o senador gaúcho, o fato determinado "não implica em limitação do universo dos agentes que podem aparecer a qualquer momento". Se esperar a emergência de indícios não dilargue demais esse universo, porque isso impossibilitaria um fim objetivo e sereno dos trabalhos.

"Vamos mudar tudo, inclusive

lataram na Comissão de Orçamento foi possível graças a ele

Bisol acha que esse sistema de corrupção institucional é mais grave do que a que está sendo investigada na CPI. Ele acusa o grupo do Orçamento de ter feito a nova lei eleitoral e partidária, uma vez que foi o que abriu a possibilidade de legitimação do processo ditado que eles mantiveram aqui dentro. Tal processo, segundo Bisol, "se não fosse que acaba envolvendo de os beneméritados, que acabam sendo relutantes de leis perversas".

O senador gaúcho identifica dois clubes no Congresso — o dos

Entrevista com Bisol foi publicada domingo pelo CORREIO

## Bisol antecipou para o CORREIO

A hipótese de que a CPI do Orçamento possa atingir até cem parlamentares foi divulgada em primeira mão pelo CORREIO BRAZILIENSE na edição de domingo último, ao publicar uma entrevista com o senador José Paulo Bisol (PSB-RS), coordenador da Subcomissão de Patrimônio da CPI. Na entrevista, o senador falava do seu temor sobre o que poderá acontecer se a CPI chegar de fato a um número expressivo de parlamentares.

Bisol admitia que, se fosse confirmada a prorrogação do prazo dos trabalhos por mais 45 dias e a CPI decidisse aprofundar as investigações, seria possível chegar a um número tão expressivo de provas e de envolvidos que poderia resultar na implosão da comissão e do próprio Congresso. O senador fez essa revelação de posse das 18 caixas de documentos apreendidas pela Polícia Federal na sede do escritório da empresa Norberto Odebrecht, em Brasília, admitindo que a documentação poderia abrir novas linhas de investigação, especialmente se houvesse a colaboração da Polícia Federal.

O senador reconhecia, entre-

tanto, uma dificuldade se a CPI efetivamente chegar a um número expressivo de parlamentares envolvidos em casos de corrupção: a aprovação das cassações pelo plenário das duas casas, em face do corporativismo existente entre os parlamentares. Com isso, ele dizia acreditar que o Congresso caminharia para um dilema, correndo o risco de cassar um número mínimo de parlamentares, o que poderia causar uma grande frustração na sociedade brasileira.

Diante desse impasse, seu receio é o de que ocorra uma coisa muito comum no Brasil, onde é muito difícil "fazer-se um pacto em defesa de algo positivo". Segundo ele, com o envolvimento de um número muito elevado de parlamentares, "é possível que a elite passe a defender um encerramento precipitado do caso, para que o Congresso possa levar a cabo a revisão constitucional".

Bisol lembrava que a sociedade precisa entender que a corrupção investigada hoje pelo Congresso é inerente ao tipo de cultura política que o País está desenvolvendo. É a transformação, na sua opinião, não acontecerá de um dia para outro. Por isso ele encarava como promissora para o Brasil a atuação da CPI, "na medida em que se possa contribuir, de fato, para que tenhamos um País realmente digno de sua grandeza".